



UM PAÍS SEM CÃES DE RUA É UTOPIA?



MSc MV Mauricio Aquino
Especialista em Docência e
Mestre em Ciências da Saúde
Proprietário da KennelVeterinaria.com

Já imaginou um país sem cães de rua, objetivo este alcançado sem o sacrifício de um único animal? Uma utopia? Claro que não, esse país existe e se chama Holanda.

A Holanda é o primeiro país do mundo a conseguir esta façanha porque o Governo assumiu a responsabilidade, primeiramente, investindo em esterilização gratuita à população canina, para não aumentar o

número de animais nas ruas.

Em segundo lugar se empenhou em conseguir proprietários para todos os cães abandonados. Não foi fácil. Grande parte dos holandeses, como na maioria dos países, optavam pela aquisição de animais de raça pura, ao invés de adotarem aqueles que realmente precisam de um lar. A saída encontrada foi a cobrança de altos impostos sobre a venda de cães de raça, a exemplo das mercadorias. Essas duas medidas iniciais foram fundamentais e para finalizar, uma terceira medida foi institucionalizada, o governo passou a aplicar multas de milhares de euros a todo cidadão flagrado abandonando animais na rua.

Essa fiscalização é fundamental.

Em 2013 também foi criado um conselho administrativo com o objetivo de registrar, obrigatoriamente, todos os cães nascidos ou importados no país bem como os seus respectivos proprietários.

Mas nem sempre as coisas foram assim; por volta de meados do século XIX praticamente todos os lares holandeses possuíam um cão. A elite geralmente possuía cães com pedigree, como símbolo de status. Já o povo possuía mestiços como cães de guarda ou de trabalho. Não havia nenhum controle governamental, o que permitia que eles andassem livremente pelas ruas e como consequência, as ninhadas indesejadas se multiplicavam pelas cidades.

Como consequência, começaram a surgir surtos de raiva e só então os cães de rua começaram a ser controlados através da captura e sacrifícios.

Na tentativa aumentar o controle da população canina, algumas municipalidades começaram a cobrar impostos, medida esta que se mostrou contraproducente, pois justamente nas cidades onde esta taxa começou a ser cobrada, o número de animais de rua aumentou, simplesmente, porque os animais começaram a ser abandonados pelos próprios proprietários.

Com o tempo esta forma de pensar e agir foi se alterando; a relação entre proprietário e propriedade (cão) acabou se transformando numa relação de amizade. Mas para desenvolver-se na sociedade o conceito de bem estar animal o caminho foi longo.



Em 1864, foi criada a primeira organização de proteção animal na cidade de Haia. Em 1877 o primeiro asilo; a partir de 1886 os maus tratos começaram a ser punidos pela lei e no final do século XX foi criada a lei de proteção animal com multas de até 16,500 euros para os proprietários que abusassem ou negassem cuidados básicos aos seus animais.

A Organização Mundial da Saúde - **OMS** e a World Society for the Protection of Animals - **WSPA** divulgaram um relatório contendo uma metodologia combinada e eficaz para a redução de animais abandonados nas cidades:

- **Esterilização** (pelo menos 70% dos cachorros);
- **Educação dos proprietários** englobando posse responsável, castração e controle);
- **Registo** (identificação dos animais e seus proprietários);
- **Multas**.

No Brasil, o número crescente de cães itinerantes presentes principalmente em áreas urbanas, constitui uma ameaça para a saúde pública e o bem-estar social. Para se ter uma ideia, se uma cadela de rua tiver, em média, quatro filhotes a cada seis meses e com bastante alimento ela pode gerar mais de 5.000 descendentes dentro de cinco anos.

Pensando nisso a **KennelVeterinaria.com** em Maceió, elaborou um projeto para ser utilizado por todas as clínicas veterinárias interessadas no país. Trata-se do **Programa Veterinário Solidário - PVSOL**.

O **PVSOL** se propõe dar atendimento a animais, com hora marcada, **por um preço acessível a todos os seus proprietários que ganhem até dois (2) salários mínimos** para, em princípio, castração de animais. Hoje, as ONGs que se constituem para

dar assistência a animais, com raras exceções, extrapolam as suas atribuições estatutárias, realizando procedimentos sem os cuidados mínimos necessários, que terminam por complicações de difícil resolução.

Não obstante, alguns procedimentos que realizam se configuram como uma concorrência desleal para com os estabelecimentos legalmente constituídos.

Isto ocorre porque não há uma fiscalização pró-ativa e atuante da vigilância sanitária, CRMV e defensoria pública do consumidor. Em Maceió, por exemplo, existe ONGs que foram criadas para dar assistência a animais de rua que até ofertam cursos para veterinários.

Em nosso projeto, se a maioria dos consultórios, clínicas e hospitais veterinários no país adotarem a ideia ou algo semelhante, agendando, no mínimo, um atendimento solidário por dia, isso seria mais do que o suficiente para atender-se as necessidades das comunidades carentes.

E quando falo em **atendimento solidário** não me refiro à **gratuidade**, mas a **prática de preços que permita o acesso de um público que nunca antes nos prestigiou** com regularidade.

Dessa forma, além de prestar-se um atendimento veterinário de qualidade, estaremos erradicando a figura do "intermediário", que muitas vezes se aproveita do mais puro sentimento de solidariedade alheio em benefício próprio.

Os estabelecimentos ainda poderão realizar convênios e parcerias com o estado, por exemplo, para terem seus custos subsidiados.

Nosso projeto modelo foi submetido à apreciação do CRMV de Alagoas para aprovação a alguns anos, mas ainda sem uma resposta.

<http://servidordesmtp.com/kennel/PVSOL.pdf>

